



# Reestruturação produtiva no estado de Mato Grosso do Sul entre 1980 e 2010<sup>1</sup>

Vilmar Nogueira Duarte<sup>2</sup>  
Lucir Reinaldo Alves<sup>3</sup>  
Alexandre de Souza Corrêa<sup>4</sup>

Recebido em: 04-06-2024

Aceito em: 10-09-2024

## Resumo

Este artigo visou compreender e analisar o processo de reestruturação produtiva no estado de Mato Grosso do Sul de 1980 a 2010. Utilizou-se a regionalização de Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs) para que fosse possível fazer comparações espaciais intertemporais no período. A análise foi realizada por meio da estimação do Coeficiente de Reestruturação (CRT), do Coeficiente de Redistribuição (CRD) e do Coeficiente de Localização (CL). A variável utilizada foi a mão de obra ocupada por subsetor de atividade econômica, com dados extraídos dos censos demográficos do IBGE de 1980, 1991, 2000 e 2010. Os resultados mostram ter havido reestruturação produtiva na economia sul-mato-grossense, principalmente na agropecuária, assim como mudanças significativas no padrão espacial e locacional das atividades produtivas vinculadas à indústria de transformação em todo o período analisado.

**Palavras-chave:** Dinâmica produtiva; Indicadores regionais; Áreas mínimas comparáveis.

## *Productive restructuring in the state of Mato Grosso do Sul between 1980 and 2010*

### Abstract

*This article aimed to understand and analyze the process of productive restructuring in the state of Mato Grosso do Sul from 1980 to 2010. The regionalization of Minimum Comparable Areas (AMCs) was used so that it was possible to make intertemporal spatial comparisons in the period. The analysis was performed by estimating the Restructuring Coefficient (CRT), the Redistribution Coefficient (CRD) and the Location Coefficient (CL). The variable used was the workforce employed by subsector of economic activity, with data extracted from the IBGE demographic censuses of 1980, 1991, 2000 and 2010. The results show that there has been productive restructuring in the economy of Mato Grosso do Sul, mainly in agriculture, as well as significant changes in the spatial and locational pattern of productive activities linked to the manufacturing industry throughout the analyzed period.*

**Keywords:** Productive dynamics; Regional indicators; Comparable minimum areas.

## 1 Introdução

Os últimos 70 anos foram marcados por profundas mudanças no sistema econômico mundial, que deram lugar a novas formas de organização da produção. Com a crise do

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

<sup>2</sup> Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE). Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: [vilmareconomics@gmail.com](mailto:vilmareconomics@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutorado em Geografia (ULISBOA). Coordenador e Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Mestrado e Doutorado) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. <https://orcid.org/0000-0001-5703-623X> E-mail: [lucir\\_a@hotmail.com](mailto:lucir_a@hotmail.com).

<sup>4</sup> Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE). Professor do Mestrado Profissional em Administração Pública (FACE/UGFD). <https://orcid.org/0000-0001-7118-5768> E-mail: [asc\\_alexandre@hotmail.com](mailto:asc_alexandre@hotmail.com).

tradicional sistema de produção em massa, características dos anos 1950 e 1960, em que se predominava a produção de larga escala, grande mecanização e automação, linhas de produção e equipamentos de fabricação não flexíveis, emerge um novo modelo de produção baseado na inovação. Até então, a inovação era resultado do conhecimento gerado apenas pelas atividades de P&D das grandes firmas e pelos sistemas nacionais de investigação (Matteo, 2011, Alves, 2016a).

A partir dos anos de 1970, novas formas de organização produtiva de base local emergiram, com predominância da produção em pequena escala e elevação do grau de especialização, destinadas a atender segmentos de mercado em constantes mudanças. Esse período, que se estende até 1990, foi caracterizado pela incorporação ao sistema produtivo das inovações geradas pelas novas tecnologias informacionais e dos avanços tecnológicos nos sistemas de comunicação, informação e transporte, além da crescente automatização produtiva (Alves; Costa, 2018; Oliveira; Givisiez; Terra, 2018).

Esse novo modelo que emerge em resposta à crise da produção em massa é centrado na redução da participação do emprego industrial no emprego total, no aumento dos níveis de produtividade e de inovação e no aumento da competitividade e da especialização. É caracterizado pela predominância de pequenas e médias empresas inovadoras, que funcionam em redes e voltadas para o mercado externo, que surgem nas regiões com alguma atividade especializada, para as quais são destinadas algumas etapas do processo de produção (Costa, 1992; Amin; Robins, 1994; Matteo, 2011; Alves, 2016a).

No Brasil, a reestruturação produtiva também foi evidenciada. Tradicionalmente, as atividades produtivas sempre estiveram concentradas principalmente nas áreas metropolitanas das regiões sudeste e sul do país. Essa concentração se intensificou com o processo de industrialização, respaldado pelo Programa de Substituição de Importações (PSI), da primeira metade do século XX. Dado que a industrialização leva a uma maior diversificação das atividades produtivas, à medida que esta vai avançando, acentuam-se, de certa maneira, as disparidades regionais no Brasil (Gremaud; Vasconcellos; Toneto Júnior, 2005; Alves, 2016b).

No caso da região Centro-Oeste, a decisão do Governo Federal de criar o Estatuto da Terra e o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), ainda nos anos 1960; assim como o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), em 1971; o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO), em 1973; o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), em 1975; o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPLAN), que funcionou de 1974 a 1978; e o Programa de

Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN), em 1976, já sinalizava a intenção do governo em ampliar o crescimento econômico da região (Abreu, 2001; Terra, 2006; Santos; Missio, 2020).

Com a criação do estado de Mato Grosso Sul, em 1979, aumenta-se a perspectiva de transformá-lo em um novo “Eldorado Econômico”<sup>5</sup>, por conta de suas potencialidades e aptidões corretamente identificadas naquele momento (Mato Grosso do Sul, 2015). A partir de então, tem início as iniciativas para desenvolver seu parque industrial. A primeira foi a lei estadual nº 440, de 1984, que incentivou diversos projetos industriais e demonstrou a disposição do governo estadual em discutir um processo de industrialização regional. Na sequência, foram criadas as leis nº 701, que incentivou 125 projetos, e a lei nº 1239, que abriu caminho para mais 71. Essas iniciativas fizeram com que várias unidades agroindustriais fossem instaladas no estado, gerando emprego e renda para a população (Zamberlan *et al.*, 2010).

A partir do início dos anos 2000, a lei nº 93, de 2001, (MS EMPREENDEDOR) também foi importante para atrair indústrias e agregar maior valor à produção estadual. Nesse caso, a concessão de incentivos fiscais por parte do governo do estado, juntamente com o auxílio dos governos municipais, com a doação de terrenos e outros benefícios exigidos pelas indústrias, foi fundamental para que estas se instalassem no território sul-mato-grossense (Gomes; Lamoso, 2016). Essas ações visavam diversificar a base econômica do estado, que até então era focada no setor primário, e promover o incremento da riqueza e da renda estadual (Mato Grosso do Sul, 2015).

Dado esse contexto, aos poucos foi se configurando o parque industrial sul-mato-grossense. Atualmente, são quatro polos em fase de expansão e consolidados, que estão assim distribuídos: polo de Campo Grande, polo de Dourados, polo de Três Lagoas e polo de Corumbá (Mato Grosso do Sul, 2015). A criação desses polos passou a exercer forte influência sobre as regiões periféricas, aumentando a extensão dos vazios demográficos, principalmente nas regiões rurais, em decorrência do êxodo rural que se intensificou no estado com a modernização da agricultura e expansão das economias regionais voltadas às atividades urbano-industriais.

A partir dessa reorganização espacial da produção, que vem ocorrendo desde os anos 1980 no estado, houve também uma reestruturação das cidades, com alguns centros urbanos começando a se destacar, principalmente aqueles com perfil mais voltado para o setor

---

<sup>5</sup> Termo utilizado para se referir a possibilidade da instalação de um Estado modelo em gestão organizacional e administrativa, capaz de promover o crescimento e o desenvolvimento da região que até então fazia parte do Sul de Mato Grosso.

industrial e de comércio e serviços (cidades polos). Assim, dado esse panorama de intensas transformações ocorridas nas estruturas produtivas das economias regionais, o problema dessa pesquisa instaura-se a partir do seguinte questionamento: a reestruturação produtiva ocorreu em todas as regiões do estado do Mato Grosso do Sul?

Sendo assim, o objetivo deste estudo foi compreender e analisar a reestruturação produtiva nas diferentes regiões do Mato Grosso do Sul, aqui entendidas como Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs), de 1980 a 2010, assim como as mudanças ocorridas no padrão espacial e locacional das atividades produtivas no período. Para a análise foram estimados o Coeficiente de Reestruturação (CRT), o Coeficiente de Redistribuição (CRD) e o Coeficiente de Localização (CL). A variável utilizada foi a mão de obra ocupada por subsetor de atividade econômica, com dados extraídos dos censos demográficos do IBGE de 1980, 1991, 2000 e 2010.

O artigo está dividido em cinco seções. Além dessa introdutória, o tópico seguinte apresenta uma breve noção de reestruturação produtiva, destacando os aspectos que preconizam as mudanças estruturais-produtivas. Já a terceira seção descreve os procedimentos metodológicos utilizados na análise; enquanto que a quarta seção apresenta os resultados a partir do ferramental metodológico utilizado. Por fim, na quinta seção são feitas as considerações conclusivas.

## **2 Reestruturação produtiva**

O termo reestruturação pode ser entendido como sendo a reformulação de uma base estrutural, transformando-a em uma nova estrutura. Porém, é preciso entender que as estruturas não são fixas e nem estáveis, pois o processo de reestruturação é algo que está sempre em movimento, ou seja, seu equilíbrio é apenas provisório. Atualmente, a noção de reestruturação assume várias acepções e denominações, dentre as quais se incluem a reestruturação urbana, a reestruturação espacial, a reestruturação econômica, a reestruturação social, a reestruturação institucional, a reestruturação organizacional, a reestruturação industrial e a reestruturação produtiva (Gomes, 2011; Muniz, 2019).

A reestruturação produtiva acontece como mecanismo de superação das crises do sistema de produção capitalista, por ocasião de um reordenamento das forças produtivas no espaço. Trata-se de transformações que ocorrem nos setores (agropecuário, industrial, e de comércio e serviços) não só do ponto de vista técnico, mas também do ponto de vista do trabalho e da lógica espacial. Assim, entender a lógica da reestruturação produtiva admite

compreender as mudanças ocorridas na base tecnológica, organizacional, gerencial, social e espacial que aumentam a competitividade de empresas e regiões ao longo do tempo (Teixeira; Souza, 2007; Gomes, 2011; Muniz, 2019).

As mudanças nas estruturas produtivas decorrentes de inovação e produtividade têm influência direta na reestruturação das firmas. A inovação refere-se à aplicação de novos conhecimentos e invenções no processo produtivo. Esta também pode ocorrer no nível gerencial, ou seja, relacionada às formas modernas de gestão do empreendimento. Já a produtividade é influenciada pelas inter-relações entre melhoria da tecnologia, investimentos em ativos fixos, mudança nos padrões educacionais, entre outros (Teixeira; Souza, 2007; Alves; Costa, 2018).

Essas mudanças estruturais são uma resposta à necessidade das empresas de aumentar sua competitividade, principalmente das de grande porte. Um exemplo é o que ocorreu após 1970, quando as firmas passaram a adotar sistemas de produção flexível, terceirizando parte do processo produtivo. Esse novo modelo de produção causou alterações na organização espacial das atividades produtivas, com as redes de pequenas e médias empresas passando a exercer um papel importante como agente dinamizador dessa nova forma de produção, com essas empresas se especializando em apenas um estágio do processo (Casarotto Filho; Pires, 2001; Alves, 2016a).

A reestruturação das firmas se acentuou ainda mais com o fenômeno da globalização e da abertura econômica das economias nacionais. Assim, para se tornarem mais competitivas, muitas empresas precisaram se adequar às novas e crescentes exigências dos mercados, reduzindo custos e aumentando sua eficiência produtiva, isto é, adotando sistemas de produção altamente dinâmicos em busca de um padrão competitivo igual ou superior ao da concorrência. Nesse cenário, as pequenas e médias empresas passaram a ser protagonistas da crescente flexibilização e terceirização das etapas de produção, desencadeando a chamada acumulação flexível (França, 2014; Mattei; Mattei, 2017).

Porém, quando se fala em reestruturação produtiva, é preciso entender que não são apenas as mudanças que ocorrem no âmbito da firma que devem ser levadas em consideração, mas também as que ocorrem no âmbito da estrutura produtiva da região, ou seja, aquelas que dizem respeito a organização espacial da produção, pois tais mudanças alteram o padrão de desenvolvimento dos espaços regionais. Segundo Muniz (2019), é no setor industrial que a reestruturação ocorre de modo mais intenso, no qual as novas formas de gestão/organização

do trabalho assumem importância decisiva na flexibilização das relações de trabalho, com significativas alterações socioeconômicas e espaciais.

A reestruturação produtiva pode ocorrer por duas vias: pela diversificação ou pela especialização. No caso da diversificação, especialmente em atividades industriais, estas tendem a impulsionar o emprego e a renda regional. Nesse caso, a reestruturação constitui-se em uma resposta aos desafios impostos pelo modelo industrial baseado na produção em massa. No nível da firma, a reestruturação baseada na diversificação centra-se nas inovações tanto tecnológicas quanto organizacional, em direção a uma maior flexibilidade da produção. No âmbito da região, a diversificação tende a torná-la cada vez mais flexível e mais adaptável às mudanças econômicas do que se ela fosse altamente especializada, com consequente integração do tecido industrial local (Breitbach, 2002-2005).

Há um consenso na literatura de que as regiões mais diversificadas estão mais propensas a reagir aos riscos e incertezas que caracterizam os mercados globalizados. Dessa forma, essas regiões teriam maiores chances de reagir às possíveis intempéries da economia mundial (Breitbach, 2005). Nessas condições, sem ver suas bases de sustentação ameaçadas, as regiões com economias diversificadas teriam maiores possibilidades de assegurar ou até ampliar seu nível de desenvolvimento, tendo em vista a maior certeza da realização de seus projetos de investimento.

Já uma região especializada em determinada atividade produtiva é aquela que possui certa superioridade (vantagem) na atividade em questão, onde um produto ou uma cadeia produtiva dominam a economia regional, indicando o seu potencial nos planos econômico, social e ecológico. A região especializada nessas circunstâncias é denominada de região vocacionada, ou seja, voltada para uma ou, no máximo, duas culturas (bens e/ou serviços) de produção e exportação que sustentam a economia regional (Paiva, 2004; Breitbach, 2005; Souza; Alves; Piffer, 2014).

Vale lembrar, entretanto, que uma especialização produtiva extrema tende a gerar maior vulnerabilidade à região, que fica muito dependente do setor especializado e à mercê das oscilações do mercado globalizado. A elevada especialização produtiva das regiões e/ou territórios em alguns poucos produtos é reflexo do aprofundamento da divisão internacional do trabalho ocorrida nas últimas décadas, em que a especialização passou a ser condição indispensável para a inserção das localidades no circuito econômico global (Breitbach, 2005; Joly, 2007).

Porém, quando a especialização abranger uma ou duas cadeias produtivas de exportação (tipo frango e/ou suíno), por se tratarem de cadeias que possuem uma série de encadeamentos produtivos para trás e para frente e com setores correlatos, estas dão uma dinâmica maior à economia da região especializada. Além do mais, para reduzir custos, as empresas do segmento industrial normalmente terceirizam parte do processo produtivo (especialização flexível), o que acaba atraindo um considerável número de pequenas e médias empresas que também passam a fazer parte da cadeia (Paiva, 2004; Alves, 2016a; Rippel, 2016).

É importante destacar, que seja pela diversificação e/ou espacialização, não se pode negligenciar a importância da atuação do Estado como agente facilitador do processo de reestruturação produtiva, o qual organiza um espaço propício para o desenvolvimento das atividades capitalistas – por meio da oferta de fatores locacionais como infraestrutura, mão de obra qualificada, etc., e de seu aparato institucional, incorporando diversos setores na economia de mercado, adaptando a organização social, espacial e econômica. Essa intervenção planejada do Estado é que potencializa o desenvolvimento de uma região, uma vez que cria as condições necessárias para atração de novos investimentos produtivos (Muniz, 2019).

### **3 Procedimentos metodológicos**

A área de abrangência da pesquisa foi o estado do Mato Grosso do Sul, localizado no sul da região Centro-Oeste do Brasil, instalado em 1º de janeiro de 1979. O recorte territorial utilizado foram as Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs), figura 1, utilizadas na análise regional para contornar os problemas decorrentes das transformações territoriais associadas à criação e/ou fusão de municípios no território nacional. As AMCs não se referem a uma divisão política ou administrativa, mas a uma área agregada pelo menor número de municípios necessários para que as comparações intertemporais sejam possíveis e consistentes (Reis *et al.*, 2011; Cavalcanti, 2013).

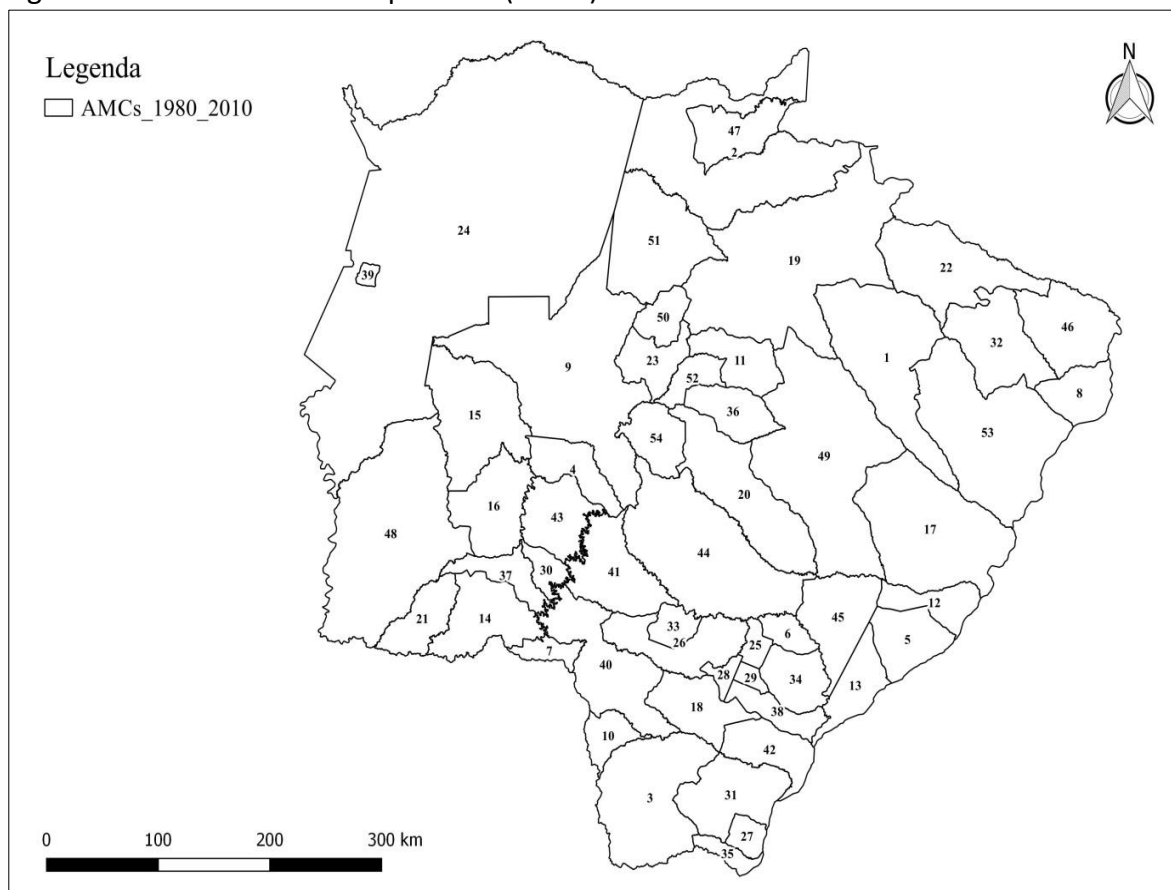
Os ramos de atividades analisados seguiram a divisão proposta pelo IBGE (25 subsetores)<sup>6</sup>, quais sejam: Extrativo Mineral; Produção de Minerais não Metálicos; Indústria Metalúrgica; Indústria Mecânica; Elétrico e Comunicações; Materiais de Transporte; Madeira e

---

<sup>6</sup> Para este estudo foram feitas três alterações nos subsetores do IBGE: a primeira foi a junção das atividades de Comércio Atacadista e Comércio Varejista, que passaram a ser denominadas de Comércio Atacadista e Varejista; a segunda foi de nomenclatura, com a Agricultura passando a ser denominada Agropecuária; e, a terceira, foi a inclusão das Atividades mal definidas no grupo de atividades analisadas.

Mobiliário; Papel e Gráfica; Borracha, Fumo e Couro; Indústria Química; Indústria Têxtil; Indústria de Calçados; Alimentos e Bebidas; Serviços de Utilidade Pública; Construção Civil; Comércio Atacadista e Varejista; Instituições Financeiras; Administração Técnica Profissional; Transporte e Comunicações; Alojamento e Comunicações; Médicos, Odontológicos e Veterinários; Ensino; Administração Pública; Agropecuária; e Atividades mal Definidas.

Figura 1 - Áreas mínimas comparáveis (AMCs) do Mato Grosso do Sul - Entre 1980 e 2020



| Áreas Mínimas Comparáveis |                          |                              |
|---------------------------|--------------------------|------------------------------|
| 1. Água Clara             | 19. Camapuã              | 37. Jardim                   |
| 2. Alcinoópolis           | 20. Campo Grande         | 38. Jatei                    |
| 3. Amambai                | 21. Caracol              | 39. Ladário                  |
| 4. Anastácio              | 22. Cassilândia          | 40. Laguna Carapã            |
| 5. Anaurilândia           | 23. Corguinho            | 41. Maracaju                 |
| 6. Angélica               | 24. Corumbá              | 42. Naviraí                  |
| 7. Antônio João           | 25. Deodápolis           | 43. Nioaque                  |
| 8. Aparecida do Taboado   | 26. Douradina            | 44. Nova Alvorada do Sul     |
| 9. Aquidauana             | 27. Eldorado             | 45. Nova Andradina           |
| 10. Aral Moreira          | 28. Fátima do Sul        | 46. Paranaíba                |
| 11. Bandeirantes          | 29. Glória de Dourados   | 47. Pedro Gomes              |
| 12. Bataguassu            | 30. Guia Lopes da Laguna | 48. Porto Murtinho           |
| 13. Batayporã             | 31. Iguatemi             | 49. Ribas do Rio Pardo       |
| 14. Bela Vista            | 32. Inocência            | 50. Rio Negro                |
| 15. Bodoquena             | 33. Itaporã              | 51. Rio Verde de Mato Grosso |
| 16. Bonito                | 34. Ivinhema             | 52. Rochedo                  |
| 17. Brasilândia           | 35. Japorã               | 53. Selvíria                 |
| 18. Caarapó               | 36. Jaraguari            | 54. Terenos                  |

Fonte: Elaborada pelos autores



A variável-base utilizada na análise foi a “Mão de Obra Ocupada (MO)” por subsetor de atividade econômica, a qual permitiu estimar os indicadores utilizados para descrever os padrões de comportamento desses subsetores nas cinquenta e quatro (54) Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs) do estado do Mato Grosso do Sul, com base no Produto Interno Bruto Municipal, ano de referência 2010. O uso dessa variável se justifica pelo fato de presumir que quanto mais dinâmica for a economia da AMC em análise, maior será sua capacidade de investimento e, conseqüentemente, de alocar mão de obra ao longo do tempo. Seu uso também se justifica por se tratar de uma variável que apresenta pouca possibilidade de enviesar os resultados, além de abranger o maior número de subsetores possíveis (Piffer, 2009; Alves, 2012; Oliveira *et al.*, 2018).

Estimou-se o Coeficiente de Reestruturação (CRT), o qual indica a ocorrência ou não de alterações na estrutura produtiva da AMC j durante o período em estudo. Mudanças na estrutura produtiva da AMC indicam que a mesma se especializou em um dado subsetor i de sua economia ou, então, diversificou suas especializações. Seu cálculo foi feito por meio da seguinte equação (Lima *et al.*, 2006; Alves, 2012; Mattei; Mattei, 2017):

$$CRT_i = \frac{1}{2} \sum_j \left| \frac{MO_{ij}^{T1}}{MO_{tj}} - \frac{MO_{ij}^{T0}}{MO_{tj}} \right| \quad (01)$$

Em que: T1 é o período final; T0 é o período inicial;  $MO_{ij}$  é a mão de obra ocupada no subsetor i da AMC j;  $MO_{tj}$  é a mão de obra total ocupada na AMC j. Valores próximos de um denotam a ocorrência de reestruturação produtiva da AMC em análise, indicando ter havido alterações significativas na sua base produtiva no período. Já valores próximos de zero indicam a não ocorrência de reestruturação produtiva da AMC, sinalizando que esta permaneceu igual ou muito próxima do verificado no período inicial (Lima *et al.*, 2006; Alves, 2012; Mattei; Mattei, 2017).

Também foi estimado o Coeficiente de Redistribuição (CRD), o qual mostra possíveis alterações na distribuição espacial de um dado subsetor i de atividade econômica entre as diferentes AMCs analisadas, permitindo verificar a ocorrência de padrões de concentração ou dispersão espacial do referido subsetor no decorrer do período estudado. Foi utilizada a seguinte equação para o cálculo (Lima *et al.*, 2006; Alves, 2012):

$$CRD_i = \frac{1}{2} \sum_j \left| \frac{MO_{ij}^{T1}}{MO_{it}} - \frac{MO_{ij}^{T0}}{MO_{it}} \right| \quad (02)$$

Os valores do CRD variam entre zero e um. Valores próximos de um indicam a ocorrência de mudanças expressivas no padrão espacial de localização do subsetor i no

período. Já valores próximos de zero indicam não ter havido, no período, mudanças nesse padrão. Por fim, estimou-se o Coeficiente de Localização (CL), o qual relaciona a distribuição percentual da mão de obra ocupada em cada subsetor de atividade econômica, entre todas as AMCs em análise, com a distribuição percentual da mão de obra ocupada total do estado do Mato Grosso do Sul. Assim, foi possível mensurar a diferença entre a distribuição espacial da mão de obra ocupada no subsetor *i* e a distribuição espacial da mão de obra ocupada total no MS como um todo. A seguinte expressão foi usada para o cálculo (Lima *et al.*, 2007; Monasterio, 2011; Mattei; Mattei, 2017):

$$CL_i = \frac{1}{2} \sum_j \left| \frac{MO_{ij}}{MO_{it}} - \frac{MO_{tj}}{MO_{tt}} \right| \quad (03)$$

Os valores obtidos situam-se entre zero e um. Quanto mais próximo de um estiver o coeficiente, significa que o subsetor *i* apresenta um padrão de concentração regional mais intenso do que o conjunto de todos os subsetores. Por outro lado, quanto mais próximo de zero estiver o coeficiente, significa que o subsetor *i* está distribuído regionalmente em proporções muito próximas do conjunto de todos os subsetores da economia sul-mato-grossense (Lima *et al.*, 2007; Monasterio, 2011; Alves, 2012; Mattei; Mattei, 2017).

A estimação desses indicadores serviu para mostrar como o processo de reestruturação produtiva moldou o espaço econômico sul-mato-grossense a partir da reorganização espacial das atividades econômicas, mostrando quais AMCs passaram a deter estruturas produtivas mais diversificadas e quais passaram a deter estruturas mais especializadas. Além disso, serviu para destacar os subsetores mais e/ou menos importantes no contexto econômico do Mato Grosso do Sul.

#### **4 Estruturas produtivas no Mato Grosso do Sul**

Esta seção apresenta os resultados alcançados por meio da estimação do Coeficiente de Reestruturação (CRT), do Coeficiente de Redistribuição (CRD) e do Coeficiente de Localização (CL).

##### **4.1 Coeficiente de reestruturação (CRT)**

Por meio do Coeficiente de Reestruturação (CRT) foi possível observar a ocorrência de alterações significativas na estrutura produtiva das AMCs do estado do Mato Grosso do Sul no período de 1980 a 2010. Mudanças na estrutura produtiva das AMCs indicam que elas se

especializaram em um dado subsetor de sua economia, com algumas AMCs diversificando suas especializações no período em análise (Lima *et al.*, 2006; Alves, 2012; Mattei; Mattei, 2017).

Pela figura 2, percebe-se ter havido reestruturação produtiva em todas as AMCs do MS no período 1980-2010, porém, com algumas se reestruturando mais intensamente do que outras. Entre as AMCs que mais se reestruturaram estão: Água Clara, Aparecida do Taboado, Aral Moreira, Bataguassu, Batayporã, Bonito, Corguinho, Deodópolis, Eldorado, Fatima do Sul, Inocência, Itaporã, Japorã e Naviraí, cujos coeficientes estão entre 0,39 e 0,55, parte mais escura do mapa – 1980/2010. Os maiores coeficientes de reestruturação ( $CRT > 0,5$ ) foram registrados nas AMCs de Batayporã (0,5445) e Deodópolis (0,5167), enquanto os menores foram registrados em Laguna Carapã (0,1670), Corumbá (0,1554) e Bela Vista (0,1165) (Duarte, 2022), significando que essas últimas não apresentaram mudanças significativas em suas estruturas produtivas no período.

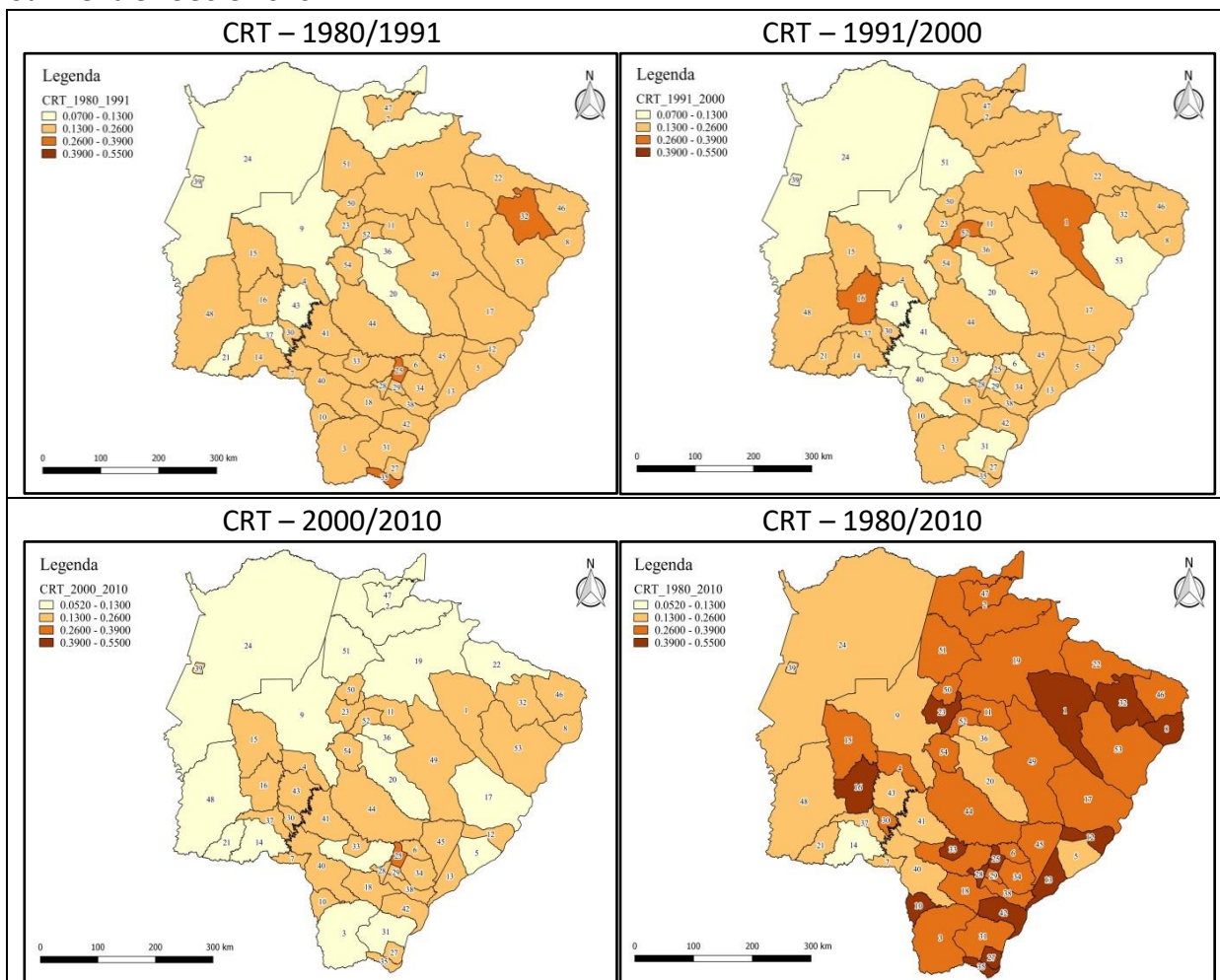
As AMCs com os maiores coeficientes estão localizadas nas mesorregiões Centro Norte, Leste e Sudoeste do Mato Grosso do Sul, enquanto que as com os menores índices estão localizadas na mesorregião dos Pantanaís sul-mato-grossense, na fronteira com Paraguai e Bolívia, e parte Oeste da mesorregião Sudoeste de Mato grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai, conforme mostra a figura 2. A AMC de Campo Grande, com base no Produto Interno Bruto Municipal, ano de referência 2010, com 407.150 pessoas ocupadas, em 2010, cujo PIB municipal foi de cerca de R\$ 15,08 bilhões<sup>7</sup> neste mesmo ano (Mato Grosso do Sul, 2021), foi uma das AMCs que também apresentou coeficiente de reestruturação produtiva relativamente baixo (0,1676), no período de 1980 a 2010 (Duarte, 2022).

As AMCs de Douradina e Selvíria, segunda e terceira colocada em termos de mão de obra ocupada, com 98.726 e 53.682 pessoas ativas em 2010, apresentaram coeficientes de reestruturação de 0,2694 e 0,2766, respectivamente, indicando ter havido reestruturação produtiva em suas economias no período. Porém, vale lembrar que depois de Campo Grande, a segunda, terceira e quarta AMC em termos de PIB municipal em 2010, pela ordem foram: Selvíria, com R\$ 5,38 bilhões, Douradina, com R\$ 3,82 bilhões, e Corumbá, com R\$ 1,86 bilhão (Mato Grosso do Sul, 2021). É importante ressaltar, que as 4 AMCs citadas fazem parte dos quatro polos industriais de Mato Grosso do Sul, que por serem mais industrializadas se reestruturaram mais facilmente (Muniz, 2019).

---

<sup>7</sup> Produto Interno Bruto Municipal – ano de referência 2010.

Figura 2 - Coeficiente de reestruturação (CRT), áreas mínimas comparáveis do Mato Grosso do Sul – entre 1980 e 2010



Fonte: Resultados da pesquisa

Além do período de 1980 a 2010, a reestruturação produtiva das AMCs do MS também ocorreu em todos os subperíodos analisados: 1980/1991, 1991/2000 e 2000/2010. De 1980 a 1991, 24 AMCs apresentaram coeficientes de reestruturação abaixo de 0,1547. O menor coeficiente foi registrado na AMC de Aquidauana (0,0806) e o maior na de Deodópolis (0,2704). De 1991 a 2000, apenas 4 AMCs apresentaram CRT menor que 0,1111, com Glória de Dourados registrando o menor coeficiente (0,0869) e Água Clara o maior (0,3468) (Duarte, 2022).

Por fim, o subperíodo de 2000 a 2010 foi o que registrou o maior número de AMCs com coeficiente menor que 0,1300, parte mais clara do mapa, indicando ter havido, no período, poucas alterações nas estruturas produtivas das AMCs. O menor CRT foi registrado na AMC de Campo Grande (0,0960) e o maior na de Deodópolis (0,2707) (Duarte, 2022). O fato de algumas AMCs não apresentarem reestruturação produtiva em um dado subperíodo não significa que não tenham se reestruturado, pois podem ter passado por mudanças estruturais em subperíodos anteriores ou posteriores ao analisado.

O segmento agropecuário foi o principal responsável pelas mudanças nas estruturas produtivas das AMCs do MS no período estudado. As AMCs com os maiores coeficientes de reestruturação nesse segmento de 1980 a 2010 foram: Água Clara (0,4118), Batayporã (0,4822), Deodápolis (0,4734) e Inocência (0,4051). Coeficientes estes que estão relacionados ao aumento da mão de obra ocupada no setor no período, caso de Água Clara, bem como de redução nas ocupações, caso de Batayporã, Deodápolis e Inocência. Outros subsetores como comércio atacadista e varejista, e madeira e mobiliário também apresentaram algum grau de reestruturação (Duarte, 2022).

Esses elevados coeficientes de reestruturação regional por redução de mão de obra ocupada, não significa que a produção agropecuária tenha sido reduzida, pois as AMCs de Batayporã, Deodápolis e Inocência apresentaram aumento na produção de 1980 a 2010, principalmente na produção de milho, que cresceu 442%; de soja, que cresceu 1.500%; e da pecuária bovina, que apresentou crescimento de 85% no período (Mato Grosso do Sul, 2022). Para Vieira Filho e Fishlow (2017), o desenvolvimento do conhecimento agrícola e sua utilização eficaz pelos produtores rurais, assim como o melhoramento genético das pastagens favorecendo o alto rendimento da pecuária, foram fatores determinantes para os ganhos de produtividade em toda a agropecuária brasileira, transformando o País em um dos principais produtores e exportadores de alimentos do mundo.

O fato de a agropecuária compor as atividades mais elementares da economia do MS, as quais North (1955) chamou de atividades básicas, como é o caso da produção de milho, soja, cana-de-açúcar e a pecuária bovina, cujo excedente de produção é exportado para outras regiões e/ou países, fez com que em todas as AMCs do estado houvesse reestruturação produtiva via expansão dessas atividades de 1980-2010, visando atender uma demanda crescente por produtos alimentícios. Vale ressaltar que os incentivos à industrialização sul-mato-grossense sempre estiveram voltados à agroindústria de transformação, uma vez que tinham como objetivo agregar maior valor à produção primária, o que também foi determinante para a expansão da produção agropecuária no estado (Zamberlan *et al.*, 2010; Ribeiro da Silva, 2016).

Quanto aos subsetores que menos contribuíram para a reestruturação produtiva das AMCs no período 1980-2010 estão: elétrico e comunicações, material de transporte, papel e gráfica, indústria mecânica, serviços de utilidade pública, indústria de calçados, construção civil, extração mineral, instituições financeiras e borracha, fumo e couro, entre outros, cujos coeficientes foram igual a zero ou muito próximo de zero (Duarte, 2022). O que significa que

esses segmentos produtivos foram os que menos contribuíram para a especialização produtiva regional no período.

#### 4.2 Coeficiente de redistribuição (CRD)

Essa medida permitiu verificar a ocorrência de alterações na distribuição espacial das atividades produtivas nas AMCs do estado do Mato Grosso do Sul no período estudado. Pela figura 3, percebe-se ter havido concentração significativa de alguns subsetores. As atividades ligadas ao setor secundário, principalmente as vinculadas à indústria de transformação, foram as que apresentaram as mudanças mais significativas no padrão espacial de localização, com alterações importantes no período geral (1980-2010) e também nos demais subperíodos analisados.

O subsetor que mais contribuiu para tais mudanças foi a indústria de calçados, com coeficientes que variaram entre 0,4154 para o subperíodo 2000-2010, e 0,6881 para o período 1980-2010 (Duarte, 2022). Em 1980, as AMCs de Fátima do Sul, Campo Grande, Corumbá e Paranaíba concentravam 74,72% da mão de obra ocupada nesse subsetor, sendo que Fátima do Sul concentrava sozinha 30,52% do total. Em 2010, apenas, as AMCs de Paranaíba e Selvíria, ambas localizadas na mesorregião Leste do Mato Grosso do Sul, passaram a concentrar 71,74% das ocupações totais do subsetor, justificando as mudanças espaciais ocorridas no período (IBGE, 2022).

Outros subsetores como: indústria química; borracha, fumo e couro; madeira e mobiliário; material de transporte; elétrico e comunicações; indústria mecânica; e a produção de minerais não metálicos também tiveram participação decisiva na reorganização espacial da produção no estado. Já os demais subsetores apresentaram alterações mais modestas, ou seja, tiveram pouca influência na redistribuição das atividades econômicas no espaço geográfico sul-mato-grossense no período estudado (IBGE, 2022).

De modo geral, percebe-se pela figura 3 que a indústria de transformação foi a principal responsável pelas mudanças no padrão espacial da produção no MS, com o maior contingente de unidades industriais se concentrando principalmente nas AMCs situadas nos polos industriais de Campo Grande, Dourados e Três Lagoas. Em 1990, a AMC de Campo Grande concentrava 22,87% das unidades industriais do estado, com as AMCs de Douradina e Selvíria concentrando 7,60% e 5,23% do total de plantas, respectivamente. Em 2010, a AMC de Campo Grande passou a concentrar 30,28% desses estabelecimentos, enquanto a participação de

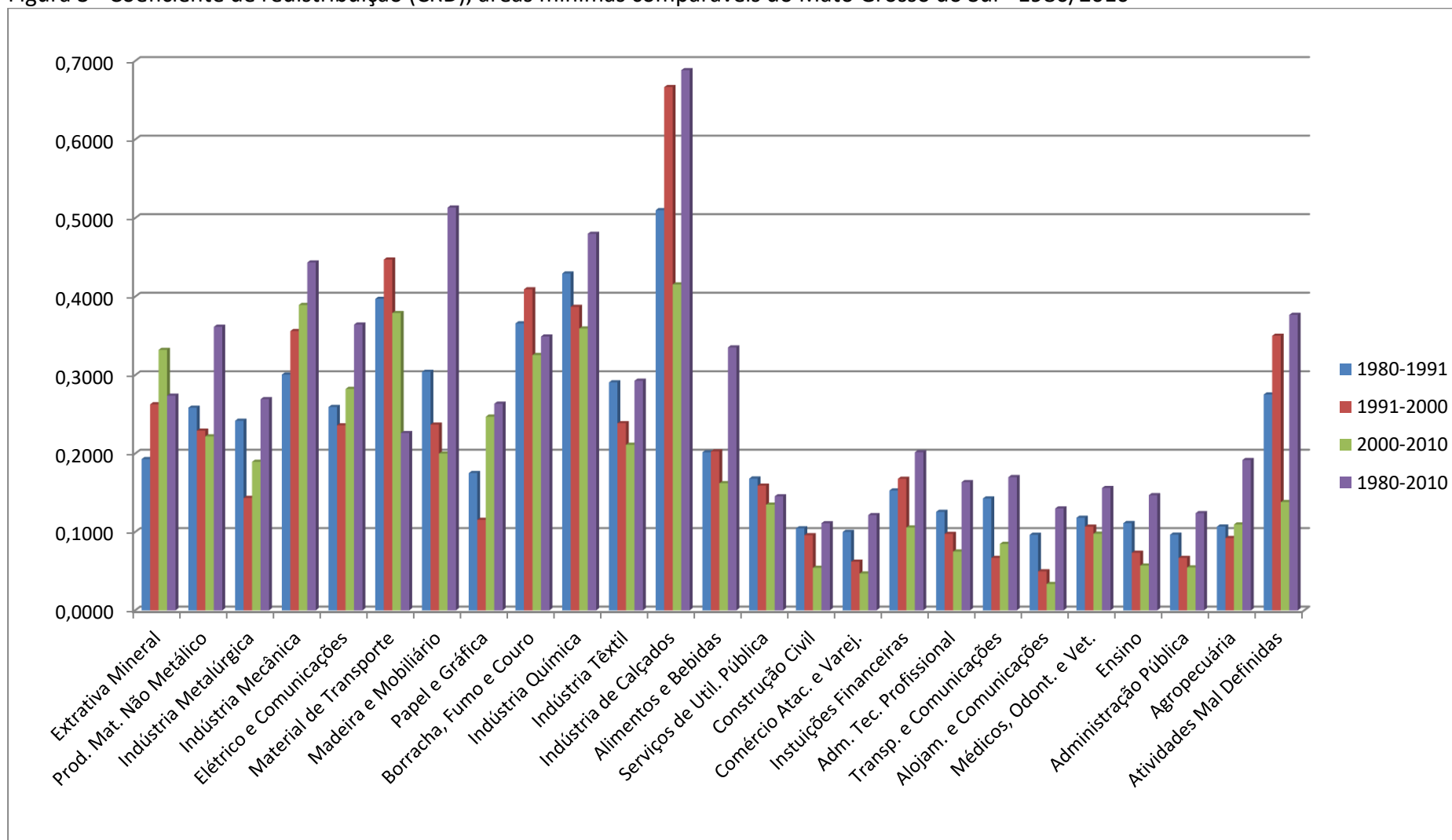
Douradina passou para 7,95% e a de Selvíria para 6.63% (Mato Grosso do Sul, 2022). O fato dessas AMCs apresentarem estruturas produtivas mais diversificadas tende a torná-las mais flexíveis e mais adaptáveis às mudanças econômicas, com consequente integração do tecido industrial local (Breitbach, 2002-2005).

Vale ressaltar, que essa concentração produtiva continua se intensificando no estado. Analisando dados mais recentes, percebe-se que a AMC de Campo Grande passou a concentrar 34,32% das unidades industriais do MS em 2020, com a AMC Douradina concentrando 9,0% dos estabelecimentos e a AMC de Selvíria apresentando estabilidade (Mato Grosso do Sul, 2022). Porém, é importante esclarecer que o processo de industrialização do Mato Grosso do Sul tem se concentrado em subsetores de baixa tecnologia, principalmente aqueles ligados às indústrias de alimentação e bebidas e de construção civil, conforme destacam Zamberlan *et al.* (2010). Em 2020, apenas as indústrias de produtos alimentícios e do ramo da construção civil totalizaram 3.248 unidades industriais distribuídas pelo MS (Mato Grosso do Sul, 2022).

Essa reorganização espacial das atividades industriais detectada pelo CRD é resultado do maior poder de atração de investimentos das referidas AMCs, fazendo com que as desigualdades regionais aumentem cada vez mais no estado, uma vez que o crescimento econômico não vem ocorrendo em todos os lugares ao mesmo tempo, manifestando-se com intensidades variáveis nas diferentes regiões do estado (Perroux, 1967). A AMC de Campo Grande tem sido um dos principais destinos dos investimentos industriais que se deslocam para o MS, constituindo-se em um dos mais importantes polos industriais em expansão, concentrando mais de um terço dos estabelecimentos industriais sul-mato-grossenses em 2020 (Mato Grosso do Sul, 2022).

Entre as atividades que menos contribuíram para mudanças no padrão de localização espacial estão as ligadas aos setores primário e terciário. Os subsetores de comércio atacadista e varejista, alojamento e comunicações, e administração pública estão entre os que apresentaram os coeficientes mais baixos, variando entre 0,1111 e 0,1299 (Duarte, 2022). Esses coeficientes baixos se justificam pelo fato de se tratar de ramos produtivos que estão presentes em praticamente todas as AMCs do estado, significando que essas atividades permaneceram distribuídas de forma mais ou menos homogênea em todo o território sul-mato-grossense no período.

Figura 3 - Coeficiente de redistribuição (CRD), áreas mínimas comparáveis do Mato Grosso do Sul - 1980/2010



Fonte: Resultados da pesquisa



Essa distribuição das atividades do setor terciário tem a ver com a hierarquia urbana do MS, em que a oferta de serviços está relacionada ao tamanho da população e à posição que as cidades ocupam nessa hierarquia, com as de porte menor oferecendo serviços menos diversificados que as cidades maiores, mas todas oferecendo algum tipo de serviço. Daí o porquê de o CRD ter detectado poucas mudanças no padrão locacional das atividades terciárias no estado.

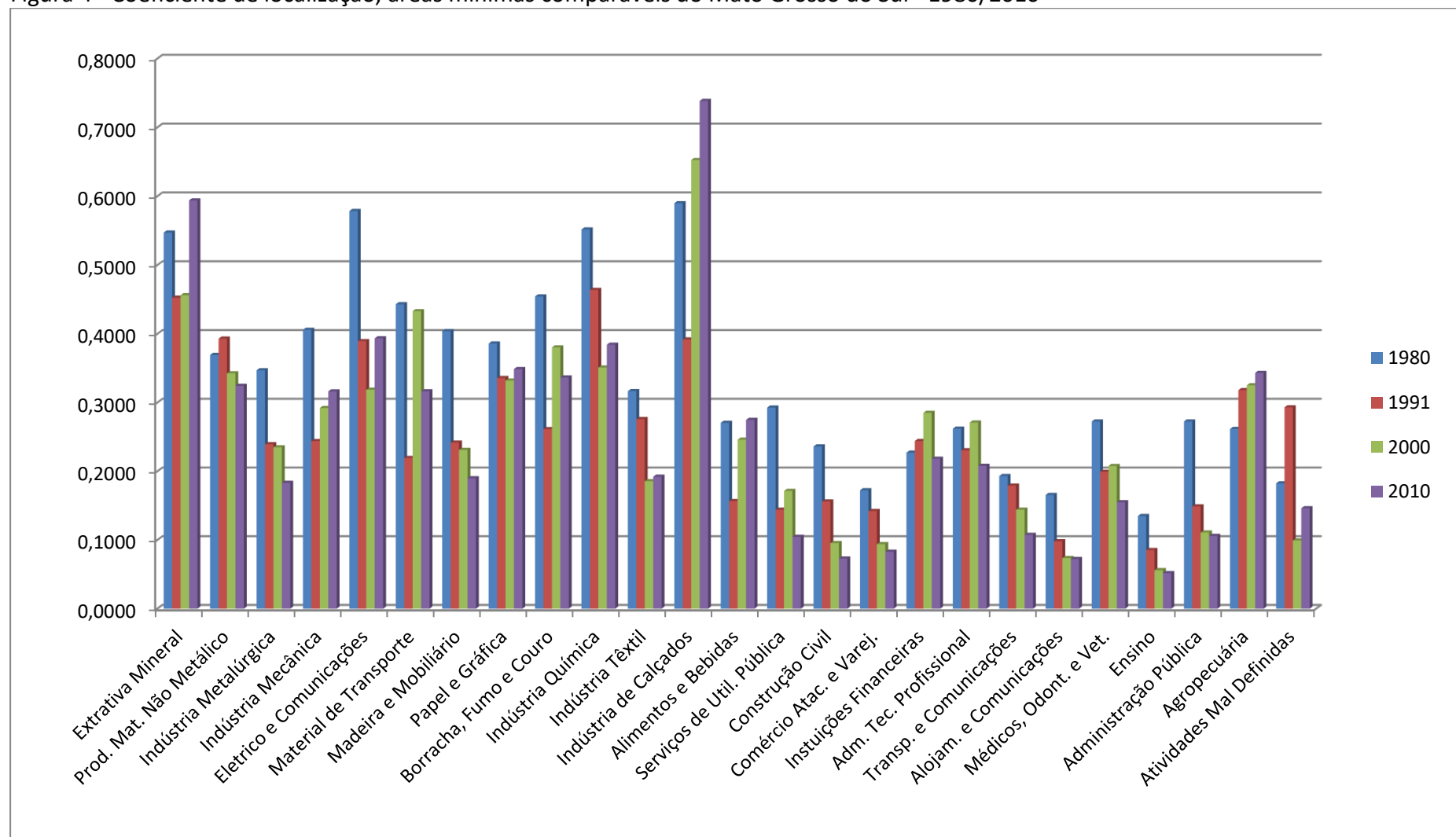
#### 4.3 Coeficiente de localização (CL)

Medida regional que permitiu relacionar a distribuição percentual da mão de obra ocupada em cada subsetor de atividade econômica, entre todas as AMCs em análise, com a distribuição percentual da mão de obra total ocupada no Mato Grosso do Sul como um todo, indicando o grau de semelhança e/ou diferença entre o padrão de localização do subsetor *i* e o padrão de localização desse subsetor no estado (Lima, 2007; Monasterio, 2011; Alves, 2012; Mattei; Mattei, 2017).

Na figura 4, percebe-se que os subsetores que mais contribuíram para um padrão locacional diferenciado das atividades econômicas no MS no período 1980-2010 foram os ligados à indústria de transformação, a exemplo do Coeficiente de Redistribuição (CRD), com destaque para os subsetores de extração mineral, produção de minerais não metálicos, elétrico e comunicações, papel e gráfica, indústria química e a indústria de calçados, os quais sustentaram coeficientes acima de 0,3 em todos os anos analisados. Já os demais subsetores apresentaram um padrão locacional mais parecido com o padrão geral do estado.

Em 1980, os subsetores com os maiores coeficientes eram: extrativo mineral; indústria mecânica; elétrico e comunicações; material de transporte; madeira e mobiliário; borracha, fumo e couro; indústria química; e indústria de calçados, todos com valores entre 0,4040 e 0,5898. Em 1991 se destacaram os subsetores de extração mineral (0,4525) e indústria química (0,4638). Os subsetores com os maiores coeficientes no ano de 2000 foram: extrativo mineral (0,4562), material de transporte (0,4329) e indústria de calçados (0,6526). Em 2010, novamente aparecem os subsetores de extração mineral e indústria de calçados, com coeficientes de 0,5939 e 0,7384, respectivamente (Duarte, 2022).

Figura 4 - Coeficiente de localização, áreas mínimas comparáveis do Mato Grosso do Sul - 1980/2010



Fonte: Resultados da pesquisa

Campo Grande foi a AMC com o maior número de subsetores com CL acima de 0,1 em 1980, 1991, 2000 e 2010, porém, com o número de subsetores com CL elevado diminuindo ao longo do tempo. A AMC de Corumbá se destacou apenas no subsetor de extração mineral, com coeficientes que variaram de 0,2819 a 0,3590 nos quatro anos analisados. A AMC de Fátima do Sul apresentou CL elevado (0,2840) apenas na indústria de calçados, em 1980, com a AMC de Paranaíba passando a se destacar na indústria calçadista, em 2000 e 2010, com CL de 0,6086 e 0,3769, respectivamente. A AMC de Nova Alvorada do Sul apresentou-se como o principal reduto da indústria química, com coeficiente de 0,2772, em 1980; 0,1925, em 1991; e 0,1070, em 2010 (Duarte, 2022).

Deve ser ressaltado que em 2010 novas AMCs começaram a se destacar em alguns subsetores econômicos. Este foi o caso da AMC de Ladário no subsetor de extração mineral, de Aparecida do Taboado no subsetor de borracha, fumo e couro, e de Rio Verde de Mato Grosso na produção de minerais não metálicos. Aqui se faz necessário uma menção especial à AMC de Selvíria, que por fazer parte de um dos principais polos industriais do estado do Mato Grosso do Sul em expansão, a partir de 2010 começou a se destacar nos subsetores de papel e gráfica, elétrico e comunicações, indústria mecânica e indústria de calçados (IBGE, 2022).

As AMCs situadas nas regiões dos polos industriais de Campo Grande, Corumbá, Dourados e Três Lagoas, por concentrarem os subsetores ligados ao setor industrial apresentaram um padrão locacional diferenciado de suas atividades produtivas de 1980 a 2010. O fato de os CLs mais elevados estarem nessas regiões traduz as forças centrípetas que os polos exercem sobre seu entorno, no sentido de drenar os fatores de produção na sua área de influência, atraindo investimentos produtivos e populações (Souza, 2007; Lima, 2016). Como resultado, tem-se uma maior diversificação das atividades produtiva nas regiões polarizadas<sup>8</sup>.

Com relação aos subsetores que menos contribuíram para alterar a dinâmica locacional das atividades econômicas no MS no período analisado, destacam-se os ligados ao setor terciário, principalmente o de comércio atacadista e varejista, alojamento e comunicações e ensino. Isso significa que esses subsetores estiveram espalhados por todas as AMCs do estado de forma mais ou menos homogênea, não havendo concentração expressiva dessas atividades no território sul-mato-grossense, como mostra a figura 4.

---

<sup>8</sup> De acordo com Boudeville (1969), um polo de crescimento regional pode ser entendido como sendo um conjunto de indústrias em expansão em uma área urbana com a propriedade de induzir o desenvolvimento de atividades econômicas na sua área de influência. Essa polarização tende a aumentar as desigualdades regionais em situações de crescimento econômico acelerado, uma vez que as taxas de crescimento são mais elevadas nesses polos, em detrimento das demais regiões.

Porém, faz-se necessário destacar as regiões ganhadoras e perdedoras com a reestruturação produtiva, tendo em vista que o território sul-mato-grossense é caracterizado pela presença de aglomerações produtivas (polos industriais) que vem moldando o espaço econômico estadual. Essa polarização tem feito com que as forças centrípetas exercidas pelos polos, estimuladas pelos fluxos comerciais, de produção e de interdependência técnica exerçam um movimento de drenagem dos fatores de produção das regiões periféricas de sua área de influência, por se tratarem de regiões apoiadas em características que as favorecem na estratégia de localização das firmas, oferecendo aos agentes econômicos algo que não é oferecido pelas demais regiões (Alves, 2016a; Barchet, 2016; Lima, 2016).

Entre as AMCs do MS que mais ganharam com a reestruturação produtiva estão: Campo Grande, Douradina e Selvíria, as quais passaram a atrair maior volume de investimentos produtivos e, também, de população, diversificando sua base econômica e desenvolvendo suas economias em um ritmo mais acelerado que as demais. Vale lembrar que as políticas de incentivo à industrialização do MS favoreceram essas AMCs, pois dos 289 projetos contemplados por tais políticas de 2001 a 2013, 103 estavam no município de Campo Grande (AMC de Campo Grande), 41 em Três Lagoas (município mais importante da AMC de Selvíria) e 19 em Dourados (município mais importante da AMC de Douradina), 1º, 2º e 3º colocados, respectivamente, em quantidade de projetos contemplados (Ribeiro da Silva, 2016).

Já entre as perdedoras estão as regiões deprimidas economicamente, principalmente as rurais, as regiões industriais em declínio, especializadas em atividades produtivas pouco dinâmicas e aquelas que não oferecem as condições mínimas para a atração de investimentos produtivos (Alves, 2016a; Barchet, 2016). É neste contexto que estão inseridas as AMCs especializadas em atividades produtivas vinculadas ao setor primário, como soja, milho, cana-de-açúcar e criação de bovinos, e que, por não apresentarem na sua composição local (potencial endógeno) os elementos capazes de modificar a situação de estagnação que se encontram, foram, cada vez mais, se distanciando das AMCs mais desenvolvidas, tanto nos aspectos econômicos quanto nos aspectos sociais.

Entre as AMCs que mais se enquadram nesse perfil estão: Aral Moreira, Caracol, Corguinho, Jaraguari, Jatei, Nioaque, Rio Negro, entre outras, as quais são caracterizadas por baixa densidade industrial em seus territórios, além de baixa participação relativa do Valor Bruto da Produção (VBP) do setor industrial na composição de seus respectivos PIBs. Trata-se de AMCs que não conseguem difundir novas atividades produtivas no interior de seus territórios, produzindo espaços cada vez maiores de segmento sociais marginalizados. São

perdedoras porque são incapazes de manter em seus territórios os poucos fatores de produção (capital e trabalho) que dispõem, além de empresas e atividades produtivas (Moura, 2009; Alves, 2016a; Barchet, 2016).

Diante desse contexto de regiões ganhadoras e perdedoras, é importante destacar o que elas ganharam e o que elas perderam com a reestruturação produtiva. No caso das AMCs mais desenvolvidas, estas tiveram na sua maioria o setor secundário e terciário expandidos, com aumento da densidade industrial e do número de estabelecimentos comerciais e de serviços. Além disso, essas AMCs tiveram suas populações aumentadas, com consequente elevação dos níveis de desenvolvimento econômico. Já as perdedoras tiveram menos investimentos nos setores secundário e terciário, com algumas apresentando redução de população, com consequente estagnação econômica e baixos níveis de desenvolvimento.

No MS, em especial, tendo em vista a polarização, as desigualdades entre as regiões desenvolvidas e as menos desenvolvidas decorrem da dependência que as últimas têm das primeiras em relação aos serviços, aos empregos e à renda. Lima (2016) esclarece que a proximidade entre as periferias e os polos restringe a criação de algumas atividades produtivas nas periferias. Para o autor, essa dependência faz com que o processo de desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas seja frágil, pois, em geral, essas regiões carecem de um tecido social e institucional organizado, de políticas públicas de bem-estar social e de suporte as atividades produtivas, entre outros. É nesse contexto que estão inseridas as AMCs ganhadoras e perdedoras.

## **5 Considerações finais**

O Coeficiente de Reestruturação (CRT) mostrou ter havido reestruturação produtiva na grande maioria das AMCs do estado do Mato Grosso do Sul em todos os períodos analisados. Porém, foi no período geral de 1980-2010 que as mudanças foram mais significativas, com a agropecuária sendo a principal responsável por essa reestruturação, impulsionada, principalmente, pela expansão das culturas da soja, milho, cana-de-açúcar e criação de bovinos de corte, além de outras atividades agropecuárias de menor expressão que surgiram ao longo do tempo, como horticultura, cultivo de flores, entre outras, e a criação de aves e suínos.

As mesorregiões Centro-Norte, Leste e Sudoeste do Mato Grosso do Sul foram as que concentraram o maior número de AMCs com coeficientes de reestruturação elevados no período 1980-2010. Entre estas AMCs estão Deodápolis e Batayporã, ambas com CRTs > 0,5, os

mais altos apresentados. Por outro lado, os menores CRTs foram registrados nas AMCs de Bela Vista, Corumbá, Laguna Carapã e Campo Grande. As AMCs com os maiores CRTs na agropecuária foram Água Clara, Batayporã, Deodápolis e Inocência. Já os menores foram registrados nas AMCs de Ladário, Bela Vista, Campo Grande, Laguna Carapã, Corumbá e Antônio João. Entre os subsetores que menos se destacaram no Coeficiente de Reestruturação (CRT) estão: elétrico e comunicações, material de transporte, papel e gráfica, indústria mecânica, indústria de calçados, construção civil, extração mineral, borracha, fumo e couro, entre outros.

O Coeficiente de Redistribuição (CRD) detectou mudanças significativas no padrão espacial de localização das atividades econômicas no MS no período estudado, com as atividades do setor secundário, principalmente as ligadas à indústria de transformação, sendo determinantes para essa reorganização produtiva. Entre os subsetores que mais contribuíram para tais mudanças estão: indústria de calçados, indústria química, madeira e mobiliário, elétrico e comunicações, indústria mecânica, alimentos e bebidas; borracha, fumo e couro; e produção de minerais não metálicos, todos com coeficientes entre 0,3352 e 0,6881, no período 1980-2010.

As AMCs com o maior número de subsetores com coeficiente de redistribuição elevado, de 1980 a 2010, foram Campo Grande e Selvíria. Estas AMCs se destacaram principalmente nos subsetores ligados a indústria como: indústria mecânica, indústria de calçados, indústria de alimentos e bebidas, papel e gráfica, madeira e mobiliário, elétrico e comunicações, entre outras, ou seja, apresentaram um perfil setorial bastante diversificado. Por outro lado, entre aquelas com o maior número de subsetores com CRDs baixos destacam-se as AMCs de Anaurilândia, Aral Moreira, Jateí, Inocência, Rochedo, Rio Negro, Jardim etc., todas com coeficientes iguais a zero ou muito próximos de zero, ou seja, com o padrão espacial praticamente inalterado no período.

Quanto ao Coeficiente de Localização (CL), os subsetores ligados à indústria de transformação, principalmente os de extração mineral, produção de minerais não metálicos, elétrico e comunicações, papel e gráfica, indústria química e a indústria de calçados, foram os que mais contribuíram para uma localização diferenciada das atividades econômicas no MS, com destaque para as AMCs situadas nas regiões dos polos industriais, com foi o caso da AMC de Campo Grande, que apresentou o maior número de subsetores com coeficientes elevados de 1980 a 2010. Os demais subsetores apresentaram um padrão locacional mais parecido com o padrão geral do estado.

As AMCs que contemplam os polos industriais de Campo Grande, Corumbá, Dourados e Três Lagoas, por concentrarem o maior número de subsetores ligados à indústria e serem as mais diversificadas do ponto de vista setorial, apresentaram um padrão locacional bastante diferenciado de 1980 a 2010, com a AMC de Campo Grande apresentando o maior número de subsetores com coeficientes elevados no período. Vale lembrar que a AMC de Selvíria começou a se destacar a partir da década de 2000, principalmente quando o polo industrial de Três Lagoas começou a ganhar corpo no contexto econômico estadual, com os subsetores de papel e gráfica, elétrico e comunicações, indústria mecânica e indústria de calçados apresentando CLs bastante significativos em 2010.

De modo geral, percebe-se que os maiores CRTs foram detectados no setor primário, uma vez que a agropecuária foi um setor que se reestruturou fortemente no MS no período. Já os maiores CRDs e CLs foram observados no setor secundário, especialmente na indústria de transformação, indicando ter havido mudanças importantes no padrão espacial e locacional das atividades ligadas à indústria no período 1980-2010. A expansão e consolidação dos polos industriais de Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas foi fundamental para essa reorganização produtiva.

Como destaque final, faz-se necessário ressaltar as limitações do estudo. A primeira diz respeito ao uso da variável mão de obra ocupada para estimar os indicadores regionais, uma vez que as inovações tecnológicas tanto no campo, com as inovações de ordem técnica, química e mecânica, quanto no setor industrial com a intensificação do processo de automação, passaram a ser poupadoras de mão de obra, dificultando uma análise mais apurada dos resultados. A segunda limitação tem relação com a criação de novos municípios e o intervalo entre um censo demográfico e outro (defasagem de 10 anos), o que dificulta a utilização de dados mais atualizados.

Como sugestão para estudos futuros, espera-se que outras pesquisas sejam desenvolvidas, utilizando-se de outras medidas regionais, que possam apontar possíveis mudanças no padrão espacial e locacional das atividades produtivas no Mato Grosso do Sul. Da mesma forma, espera-se também que sejam desenvolvidos estudos que possibilitem identificar as potencialidades endógenas das regiões com maior fragilidade econômica e que não estão sendo exploradas adequadamente, com o intuito de fomentar políticas públicas capazes reduzir as desigualdades regionais no estado.

## Referências

- ABREU, S. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço Mato-Grossense: contextos, propósitos e contradições**. 2001. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ALVES, L. R. Indicadores de localização, especialização e reestruturação regional. *In*: PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F. de. (org.). **Análise Regional: metodologias e indicadores**. Curitiba: Camões, 2012.
- ALVES, L. R. **Reestruturação produtiva e desenvolvimento local: o caso do município de Toledo, estado do Paraná, Brasil**. 2016. 533 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016a.
- ALVES, L. R. Região, urbanização e polarização. *In*: PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F. de.; EBERHARDT, P. H. C. (org.). **Economia & Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016b.
- ALVES, L. R.; COSTA, E. P. V. S. M. da. A percepção de inovação em um processo de reestruturação produtiva: o caso do município de Toledo-PR, Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 14, n. 1, p. 193-217, 2018.
- AMIN, A.; ROBINS, K. Regresso das economias regionais? A geografia mítica da acumulação flexível. *In*: BENKO, G.; LIPIETZ, A. **As regiões ganhadoras - distritos e redes: os novos paradigmas da geografia económica**. Oeiras: Celta Editora, 1994.
- BARCHET, I. **Aglomeramentos industriais e polos econômicos regionais: uma análise comparativa entre a Região Sul do Brasil e a Província de Québec/CA**. 2016. 174 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2016.
- BREITBACH, A. C. M. Entre especialização e diversificação industrial: por um desenvolvimento regional durável. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v 1, n. 2, p. 1-30, 2005.
- BREITBACH, A. C. M. Sobre o desenvolvimento da região de Caxias do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, Edição Especial, p. 421-442, 2002.
- CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 2001.
- CAVALCANTI, F. L. **Classe criativa, capital humano e dinamismo urbano no Brasil: uma análise empírica**. 2013. 60 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- DUARTE, V. N. **Diversificação produtiva e desenvolvimento regional: o caso de Mato Grosso do Sul**. 2022. 295 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2022.
- LIMA, J. F. de. O espaço e a difusão do desenvolvimento econômico regional. *In*: PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F. de.; EBERHARDT, P. H. de C. (org.). **Economia & Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016.
- LIMA, J. F. de.; ALVES, L. R.; PIFFER, M.; PIACENTI, C. A. Análise regional das mesorregiões do estado do Paraná no final do século XX. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 24, n. 46, p. 7-26, 2006.



- LIMA, J. F. de.; ALVES, L. R.; PIFFER, M.; PIACENTI, C. A. O padrão de localização e de difusão da mão de obra na Região Sul do Brasil (1991-00). **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 189-224, 2007.
- FRANÇA, F. A. Uma dinâmica assentada na diversificação industrial: a experiência do município de Rio do Sul. **Revista NECAT**, Florianópolis, v. 3, n. 6, 2014.
- GOMES, M. T. S. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **RAEGA: o Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 21, p. 51-77, 2011.
- GOMES, T. N.; LAMOSO, L. P. A industrialização de Mato Grosso do Sul é influenciada pela condição de estado fronteiriço? *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA PLATINA, VI., e COLÓQUIO UNBRAL DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS, I. Campo Grande, **Anais [...]** Campo Grande: UEMS, 2016.
- GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR; R. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2005.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010**. Disponível em: <<https://ftp.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- JOLY, C. **Especialização produtiva do território e o circuito espacial produtivo de celulose em Anápolis - BA**. 2007. 97 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- COSTA, E. P. V. S. M. da. **Reestruturação econômica e desenvolvimento local: o caso de Castelo Branco**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana e Planejamento Regional e Local) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.
- MATO GROSSO DO SUL. **Base de Dados do Estado – BDE**. Disponível em: <http://bdeweb.semade.ms.gov.br/bdeweb/>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE). **Diagnóstico socioeconômico de Mato Grosso do Sul – 2015**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/18825471-Diagnostico-socioeconomico-de-mato-grosso-do-sul-2015.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO). Superintendência de Indústria, Comércio e Turismo. **Contas Regionais: Produto Interno Bruto Estadual - 2010-2019**. Campo Grande, 2021.
- MATTEI, T. F.; MATTEI, T. S. Métodos de análise regional: um estudo de localização e especialização para a Região Sul do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 38, n. 133, p. 227-243, 2017.
- MATTEO, M. Teorias de desenvolvimento territorial. *In*: CRUZ, B. O.; FURTADO, B. A.; MONASTERIO, L.; JÚNIOR, W. R. (org.). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.
- MONASTERIO, L. Indicadores de análise regional e espacial. *In*: CRUZ, B. O.; FURTADO, B. A.; MONASTERIO, L.; JÚNIOR, W. R. (org.). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.
- MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

- MUNIZ, A. M. V. Reestruturação produtiva industrial e as consequências sociais e espaciais. **Espaço e Economia**, Ano VIII, n. 16, p. 1-17, 2019.
- NORTH, D. C. Location theory and regional economic growth. **Journal of Political Economy**, London, v. 63, n. 3, p. 243-258, 1955.
- OLIVEIRA, E. L.; GIVISIEZ, G. H. N.; TERRA, D. C. T. Reestruturação econômica e produtiva dos municípios da zona de produção principal da bacia petrolífera de Campos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 14, n. 1, p. 242-270, 2018.
- OLIVEIRA, N. M.; MEDEIROS, A. L.; SILVEIRA NETO, G. C., LOPES, E. R. Localização dos setores produtivos na geoeconomia da microrregião do Rio Formoso, TO. **Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat**, Taquara, v. 15, n. 2, p. 213-232, 2018.
- PAIVA, C. A. N. **Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?** Porto Alegre: FEE, 2004. (Documentos FEE n. 59).
- PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.
- PIFFER, M. **A teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do estado do Paraná no final do século XX**. 2009. 182 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2009.
- REIS, E. J.; PIMENTAL, M.; ALVARENGA, A. I.; SANTOS, M. C. H. Áreas mínimas comparáveis para os períodos intercensitários de 1872 a 2000. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, I., Paraty, **Anais [...]**. Paraty - RJ, 2011.
- RIBEIRO DA SILVA, C. H. **Política industrial brasileira e a industrialização de Mato Grosso do Sul no século XXI**. 2016. 277 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.
- RIPPEL, R. Encadeamentos produtivos e a polarização na economia regional. In: PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F. de.; EBERHARDT, P. H. de C. (org.). **Economia & Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016.
- SANTOS, K. F.; MISSIO, F. J. Políticas públicas de desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 921-950, 2020.
- SOUZA, C. C. G.; ALVES, L. R.; PIFFER, M. Reestruturação produtiva das mesorregiões do Brasil entre 1985 e 2010. **Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinhas, v. 4, n. 1, p. 110-131, 2014.
- SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2007.
- TEIXEIRA, F. L. C.; SOUZA, C. M. Crescimento da produtividade, competitividade e reestruturação produtiva na petroquímica brasileira. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 4, p. 622-636, 2007.
- TERRA, A. A modernização agropecuária de Mato Grosso do Sul: 1970-1985. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA - AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, II., Uberlândia, **Anais [...]**. Uberlândia, 2006.
- VIEIRA FILHO, J. E. R.; FISHLOW, A. **Agricultura e indústria no Brasil: inovação e competitividade**. Brasília: Ipea, 2017.
- ZAMBERLAN, C. O.; NOGUERÓL, L. P. F.; SONAGLIO, C. M.; ZAMBERLAN, J. F. Análise da industrialização sul-mato-grossense em face da industrialização brasileira. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 6, n. 3, p. 114-135, 2010.